



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

CNPJ/MF Nº 44.837.524/0001-07

http://www.portodesantos.com.br

Ministério dos
Transportes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

PALAVRA DA DIRETORIA

Senhoras e Senhores Acionistas,

O Brasil não é o mesmo de três anos atrás. Ao assumirmos em 2003 a direção da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, responsável pela administração do maior complexo portuário da América Latina, uma década já se passara sob a égide da assim denominada Lei de Modernização dos Portos. Neste período muito se avançou. A CODESP deixou o monopólio das operações portuárias para assumir seu novo papel de Autoridade Portuária, enquanto a iniciativa privada, numa relação de parceria, assumiu aquelas atividades com ampliação, modernização das atividades e diminuição dos custos, o que somente um regime de concorrência pode proporcionar.

Este caminho não foi fácil e certamente ainda há muito por se avançar. Não se pode deixar de considerar que devido à grandiosidade do Porto de Santos, ele se constitui num elo de fundamental importância para toda a cadeia logística das exportações brasileiras, o que por si só representa um desafio e uma responsabilidade diante da qual não poderíamos nos furtar, quando um novo governo recebe do povo a incumbência de levar a economia nacional a uma condição auto-sustentável.

Cientes de que este objetivo deveria impor uma política econômica que, entre outras diretrizes, adotasse uma política de exportações forte e constante no tempo, nossos grandes desafios estavam então colocados.

A CODESP, em consonância com as metas governamentais, encerrou o ano de 2005 com resultados positivos, apresentando além do previsível aumento na movimentação física e dos esforços indispensáveis para manter e ampliar a infraestrutura terrestre e aquaviária do Porto de Santos, um balanço financeiro superavitário.

No aspecto comercial, a CODESP intensificou a ação de avaliação do mercado, detectando parcela reprimida e possibilidade de estar buscando carga de alto valor agregado, firmando ainda importantes parcerias.

Merece ser ressaltada a iniciativa da redução de 50% concedida para estímulo à navegação de cabotagem, que visa incentivar o incremento das operações de descarga de contêineres destinados a reembarque para diversos portos do Atlântico Sul, acirrando a concorrência, além de criar, ainda mais, condições para Santos evoluir para ser um porto concentrador (hub port). É a CODESP fazendo a sua parte, reduzindo suas taxas, na expectativa de que tal iniciativa repercuta na efetiva redução dos custos portuários e se consolide como meio de repensar a matriz de transporte no país.

O ano foi marcado, também, pelas ações de melhoria da operação portuária para tornar mais seguro o comércio exterior, adequando o Porto de Santos às normas internacionais de segurança, denominadas ISPS Code.

Destaque fundamental para a administração portuária foi o total de recursos públicos aplicados pelo Governo Federal, os quais, somados aos próprios recursos destinados pela CODESP e aos aplicados pelo setor privado em instalações e equipamentos, resultaram na deflagração de projetos imprescindíveis de ampliação, na manutenção e melhoria da infra-estrutura e no crescimento da oferta de atendimento dos serviços portuários, com novas instalações e ganhos operacionais.

Esse conjunto de recursos permitiu ao complexo santista superar mais uma vez o desafio do crescimento, minimizando o impacto verificado no ano anterior, principalmente quanto aos transtornos no escoamento das cargas no sistema viário interno, e ainda ampliar sua performance operacional. Vale lembrar que os principais projetos no sistema portuário nacional, desenvolvidos em Santos, com recursos a serem garantidos pelo Governo Federal.

Deve-se, entretanto, ressaltar os efeitos negativos provocados pela amortização do passivo financeiro, gerado em anos anteriores, num total aproximado de R\$ 700 milhões, que em muito dificultaram a administração do fluxo de caixa, apesar de todos os esforços que temos envidado para mantê-lo equacionado.

Nesse sentido, em muito contribuíram as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho denominado AGENDA PORTOS, que após o levantamento dos nossos gargalos operacionais, elegeu ações prioritárias, de alto impacto, baixo custo e com resultados imediatos, que deveriam ser desenvolvidas, elaborando ainda proposições para desenvolvimento de projetos direcionados à melhoria do sistema viário, com a implantação das Avenidas Perimetrais Portuárias, nos municípios de Santos e Guarujá, bem como à realização da dragagem de aprofundamento e à criação de centro administrativo unificado, que reunisse os vários agentes governamentais intervenientes nas operações portuárias, inseridos no Projeto Piloto de Investimentos - PPI.

Enquanto as obras não são iniciadas, a CODESP focou sua ação em projetos de recuperação da infra-estrutura viária, possibilitando a ampliação de pistas, remodelação viária e troca de piso, e garantindo um melhor fluxo, principalmente para escoamento da safra agrícola, assim como disciplinando e agilizando o tráfego no transporte de grãos, contêineres e açúcar.

A movimentação verificada de 71,9 milhões de toneladas, aliada aos projetos previstos de incremento na infraestrutura e expansão portuária, exige um salto também na performance operacional do Porto, tornando possível alcançar no próximo ano a meta de 80 milhões de toneladas, considerando a expectativa dos terminais, o comportamento histórico e as tendências de mercado. Concretizada tal previsão, teríamos antecipado já para o final desta gestão do Governo Federal, a marca anteriormente prevista para ser atingida somente em 2010, possibilitando que o cenário operacional então desenhado para o Porto de Santos ocorra quatro anos antes.

Revigorada a relação Porto-Cidade, capaz de permitir a geração de emprego e renda, precisa agora tal integração ser consolidada, haja vista a necessidade de reciprocidade nos planejamentos urbano e portuário, atuando conjuntamente no sentido de não impactarem, ou mesmo impedirem o crescimento, quer seja da Cidade ou do Porto, bem como dar oportunidade para revitalização de áreas portuárias degradadas. Somente assim, estaremos trabalhando para manter o país navegando em águas serenas, única maneira de assegurar o sucesso do amanhã.

A movimentação verificada de 71,9 milhões de toneladas, aliada aos projetos previstos de incremento na infraestrutura e expansão portuária, exige um salto também na performance operacional do Porto, tornando possível alcançar no próximo ano a meta de 80 milhões de toneladas, considerando a expectativa dos terminais, o comportamento histórico e as tendências de mercado. Concretizada tal previsão, teríamos antecipado já para o final desta gestão do Governo Federal, a marca anteriormente prevista para ser atingida somente em 2010, possibilitando que o cenário operacional então desenhado para o Porto de Santos ocorra quatro anos antes.

Este é o Porto de Santos. O Porto do presente chegando ao futuro.

OBS: a íntegra do Relatório da Administração, encontra-se disponível na home page da CODESP no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/relatorio>

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, resolve manifestar-se favoravelmente à sua aprovação, recomendando o encaminhamento do mesmo à Assembleia Geral Ordinária.

Santos, 06 de março de 2006.

Paulo de Tarso Carneiro
PRESIDENTEJosé Carlos Mello Rego
CONSELHEIROMarcos Reginaldo Panariello
CONSELHEIRORubens da Silva
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado o Relatório da Diretoria da Sociedade referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, considerando as informações que chegaram ao seu conhecimento no decorrer do referido período, resolve manifestar-se favoravelmente à sua aprovação, com as ressalvas abaixo enumeradas, recomendando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária.

Ressalvas:

A Diretoria-Executiva não enumera em seu Relatório as providências que deveriam ser adotadas com vistas a:

- 1 - Planejar as licitações para aquisição de obras e serviços a serem realizadas durante o ano, de modo a permitir o correto dimensionamento de objetos, evitando-se, dessa maneira, sucessivos aditamentos, parcelamento de compras e contratações emergenciais;
- 2 - Promover o treinamento de funcionários para condução de processos licitatórios e gestão de contratos;
- 3 - Agilizar a recuperação dos valores devidos por prestadores de serviços ao INSS e que foram assumidos pela CODESP em decorrência de sua opção, em julho de 2003, pelo Parcelamento Especial - PAES;
- 4 - Regularizar as situações decorrentes de contratos de arrendamento cujos objetos foram alterados após a respectiva licitação;
- 5 - Reduzir a inadimplência vinculada a contratos de arrendamento;
- 6 - Aprimorar os mecanismos de cobrança, exigindo o cumprimento das obrigações contratadas, e priorizando a execução de garantias em lugar de sucessivos parcelamentos de débitos;
- 7 - Concluir os trabalhos que permitam dimensionar e valorizar o ativo fixo da CODESP - em conformidade com responsabilidades pelos eventuais desvios detectados - assim como o efetivo patrimônio da União sob a responsabilidade da empresa;
- 8 - Concluir os processos de apuração de irregularidades em andamento;
- 9 - Cumprir as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União.

Santos, 06 de março de 2006.

Paulo Rodrigues Vieira
PRESIDENTEDenis do Prado Netto
CONSELHEIROSérgio Hermes Martello Bacci
CONSELHEIROJosé Roque
CONSELHEIROMartin Alexandre Aron
CONSELHEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em Milhares de Reais

ATIVO	2005		2004		PASSIVO	2005		2004			
	2005	2004	2005	2004		2005	2004	2005	2004		
CIRCULANTE	70.941	44.572	CIRCULANTE	216.169	190.505	Caixa e Bancos	15.825	2.027	Salários e Obrigações Sociais	6.991	5.895
Contas a Receber, líquido	35.357	31.125	Depósitos Judiciais - Recursos	38.215	34.290	Contas a Receber, líquido	35.357	31.125	Depósitos Judiciais - Recursos	38.215	34.290
Títulos a Receber	10.782	4.813	Outros Valores a Receber	2.452	4.344	Títulos a Receber	10.782	4.813	Outros Valores a Receber	2.452	4.344
Adiantamentos a Recuperar	7.209	5.313	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	439.437	378.463	Adiantamentos a Recuperar	7.209	5.313	Contas a Receber, líquido	333.733	278.796
Estoques	522	375	Contas a Receber, líquido	17.630	15.336	Estoques	522	375	Valores a Receber da União	17.630	15.336
Créditos Tributários	30	31	Bens Baixados Destinados a Venda	3.941	1.745	Créditos Tributários	30	31	Bens Baixados Destinados a Venda	3.941	1.745
Despesas Antecipadas	650	662	Val. a Recuperar - Prestadores de Serviços	43.466	43.952	Despesas Antecipadas	650	662	Val. a Recuperar - Prestadores de Serviços	43.466	43.952
Outros Valores a Receber	566	226	Depósitos Judiciais - Recursos	38.215	34.290	Outros Valores a Receber	566	226	Depósitos Judiciais - Recursos	38.215	34.290
			Outros Valores a Receber	2.452	4.344				Outros Valores a Receber	2.452	4.344
			PERMANENTE	781.638	795.713				PERMANENTE	781.638	795.713
			Investimentos	728	568				Investimentos	728	568
			Imobilizado	778.713	796.929				Imobilizado	778.713	796.929
			Bens Móveis	162.251	165.647				Bens Móveis	162.251	165.647
			Bens Imóveis	889.598	880.417				Bens Imóveis	889.598	880.417
			Depreciação (-)	(273.136)	(259.135)				Depreciação (-)	(273.136)	(259.135)
			Diferido	2.197	8.216				Diferido	2.197	8.216
			Estudos e Projetos	30.505	30.430				Estudos e Projetos	30.505	30.430
			Amortização (-)	(28.308)	(22.214)				Amortização (-)	(28.308)	(22.214)
			TOTAL DO ATIVO	1.292.016	1.218.748				TOTAL DO ATIVO	1.292.016	1.218.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS

EM 31/12/2005 E 31/12/2004 - Em Milhares de Reais

	2005		2004		
	2005	2004	2005	2004	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	463.386	433.096	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	463.386	433.096
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.772	13.154	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.772	13.154
(-) Impostos sobre vendas	(55.710)	(50.976)	(-) Impostos sobre vendas	(55.710)	(50.976)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	418.448	395.274	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	418.448	395.274
CUSTOS OPERACIONAIS	(150.107)	(125.648)	CUSTOS OPERACIONAIS	(150.107)	(125.648)
Custos dos Serviços	(130.153)	(109.663)	Custos dos Serviços	(130.153)	(109.663)
Depreciações	(19.954)	(15.985)	Depreciações	(19.954)	(15.985)
LUCRO BRUTO	268.341	269.626	LUCRO BRUTO	268.341	269.626
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(241.842)	(194.293)	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(241.842)	(194.293)
Despesas Administrativas e Gerais	(103.617)	(92.357)	Despesas Administrativas e Gerais	(103.617)	(92.357)
Depreciações e Amortizações	(6.306)	(6.242)	Depreciações e Amortizações	(6.306)	(6.242)
Despesas Financeiras	(53.817)	(44.825)	Despesas Financeiras	(53.817)	(44.825)
Receitas Financeiras	12.974	13.204	Receitas Financeiras	12.974	13.204
Provisão para Contingências	(77.687)	(49.787)	Provisão para Contingências	(77.687)	(49.787)
Outras Receitas Operacionais	4.869	2.313	Outras Receitas Operacionais	4.869	2.313
Outras Despesas Operacionais	(18.258)	(16.599)	Outras Despesas Operacionais	(18.258)	(16.599)
RESULTADO OPERACIONAL	26.499	75.333	RESULTADO OPERACIONAL	26.499	75.333
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.821)	(986)	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.821)	(986)
Despesas não Operacionais	(1.821)	(986)	Despesas não Operacionais	(1.821)	(986)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.678	74.347	RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.678	74.347
IMPOSTO DE RENDA	(12.259)	(19.789)	IMPOSTO DE RENDA	(12.259)	(19.789)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.772)	(7.517)	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.772)	(7.517)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7.647	47.041	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7.647	47.041
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (em reais)	0,07	0,42	LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (em reais)	0,07	0,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS

EM 31/12/2005 E 31/12/2004 - Em Milhares de Reais

	2005		2004		
	2005	2004	2005	2004	
1 - ORIGENS DOS RECURSOS					
- DAS OPERAÇÕES					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.647	47.041	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.647	47.041
AJUSTES AO RESULTADO	60.607	37.423	AJUSTES AO RESULTADO	60.607	37.423
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(2.985)	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(2.985)
Depreciações e Amortizações	26.260	22.227	Depreciações e Amortizações	26.260	22.227
Crédito não Cumulatividade PIS/PASEP sobre as Depreciações	-	604	Crédito não Cumulatividade PIS/PASEP sobre as Depreciações	-	604
Valor Residual de Ativos Permanentes Baixados	5.082	988	Valor Residual de Ativos Permanentes Baixados	5.082	988
Varição em Resultado de Exercícios Futuros	(5.102)	(5.101)	Varição em Resultado de Exercícios Futuros	(5.102)	(5.101)
Varições Monetárias e Cambiais Líquidas de Itens a Longo Prazo	(1.939)	2.043	Varições Monetárias e Cambiais Líquidas de Itens a Longo Prazo	(1.939)	2.043
Provisão para Contingências	27.821	17.588	Provisão para Contingências	27.821	17.588
Juros Incorporados aos Créditos para Aumento de Capital	8.485	2.059	Juros Incorporados aos Créditos para Aumento de Capital	8.485	2.059
- DOS ACIONISTAS			- DOS ACIONISTAS		
Créditos da União para Aumento de Capital	38.650	20.100	Créditos da União para Aumento de Capital	38.650	20.100
Integralização de Aumento de Capital por Acionistas Minoritários	7	2	Integralização de Aumento de Capital por Acionistas Minoritários	7	2
TOTAL DAS ORIGENS	106.911	104.566	TOTAL DAS ORIGENS	106.911	104.566
2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS			2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aumento do Realizável a Longo Prazo	54.564	74.102	Aumento do Realizável a Longo Prazo	54.564	74.102
Redução do Exigível a Longo Prazo	34.377	18.514	Redução do Exigível a Longo Prazo	34.377	18.514
Adições aos Investimentos	160	260	Adições aos Investimentos	160	260
Adições ao Imobilizado	17.030	16.172	Adições ao Imobilizado	17.030	16.172
Adições ao Diferido	75	-	Adições ao Diferido	75	-
Adições ao Imobilizado - Reincorporação de Bens Baixados	-	13.284	Adições ao Imobilizado - Reincorporação de Bens Baixados	-	13.284
TOTAL DAS APLICAÇÕES	106.206	122.332	TOTAL DAS APLICAÇÕES	106.206	122.332
3 - AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	705	(17.786)	3 - AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	705	(17.786)
4 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE			4 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
No início do exercício			No início do exercício		
- Ativo Circulante	44.572	41.293	- Ativo Circulante	44.572	41.293
- Passivo Circulante	190.505	169.460	- Passivo Circulante	190.505	169.460
	(145.933)	(128.167)		(145.933)	(128.167)
No fim do exercício			No fim do exercício		
- Ativo Circulante	70.941	44.572	- Ativo Circulante	70.941	44.572
- Passivo Circulante	216.169	190.505	- Passivo Circulante	216.169	190.505
	(145.228)	(145.933)		(145.228)	(145.933)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	705	(17.786)	AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	705	(17.786)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, com sede e foro na cidade de Santos-SP, vinculada ao Ministério dos Transportes, tendo como objeto social realizar em harmonia com os planos e programas do Departamento de Portos, a administração e exploração comercial do Porto de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em decorrência do Convênio de Descentralização dos Serviços Portuários e Hidroviários nº 002/90, firmado com o Governo Federal, por intermédio do então Departamento Nacional de Transportes Aquaviários - DNTA, da Secretaria Nacional de Transportes - MT, cujo prazo de vigência foi prorrogado até 31-12-2007, conforme décimo termo aditivo, a CODESP tem sob sua responsabilidade, desde 01-12-1990, a administração dos Portos de Laguna (APL)-SC, Fluvial de Estrela (APFE)-RS, e das Hidrovias do Paraná (AHRANA)-SP, do Paraguai (AHPAR)-MS e do Sul (AHSUL)-RS.

Com a aprovação da Lei nº 10.233, de 05/06/2001, alterada pela Medida Pro



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

CNPJ/MF Nº 44.837.524/0001-07
http://www.portodesantos.com.br

Ministério dos
Transportes



h) Provisão para contingências: A Companhia é parte integrante em processos judiciais em diversos âmbitos (trabalhista, tributário e cível), que surgem no curso normal de suas atividades, e registra provisões baseadas na opinião de seus advogados internos, quando existem prováveis probabilidades de perdas. Além disso, existem outros processos que podem permanecer sem desfecho judicial por muitos anos, não sendo possível no momento avaliar as probabilidades de êxito ou perdas com esses processos. A composição dos saldos das contingências estão mencionados na Nota nº 13.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado tributável acrescido de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240 ao ano, conforme previsto na legislação. A provisão para contribuição social foi calculada à alíquota de 8% sobre o lucro antes do imposto de renda, com adicional de 1%, conforme legislação vigente. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não efetua o registro contábil de créditos fiscais sobre a base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente indedutíveis.

4. CONTAS A RECEBER

	2005	2004
Valores faturados	370.835	306.855
Serviços prestados a faturar	3.235	6.866
(-) Provisão para Deved. Duvidosos	(4.980)	(3.800)
	369.090	309.921

Do valor registrado no Realizável a Longo Prazo (R\$ 333.733), a importância de R\$ 285.615 corresponde a faturas não pagas pelas empresas Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA, empresa do sistema USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, no montante de R\$ 27.690 e LIBRA Terminal 35 S/A, no montante de R\$ 257.925. Os valores em questão são objeto de ações ordinárias de cobrança propostas pela CODESP. Conforme informações prestadas pelos advogados da empresa, a sentença judicial em primeiro grau no caso da COSIPA, deu parcial provimento ao pleito desta Companhia, encontrando-se em fase de apelação por ambas as partes; quanto à ação proposta contra a LIBRA - Terminal 35, a decisão em primeiro grau foi integralmente a favor desta Companhia.

Conforme parecer dos advogados internos da empresa, não é necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos para esses processos, em razão da probabilidade de êxito na demanda judicial.

5. REPASSE DE RECURSOS AOS PORTOS E HIDROVIAS ADMINISTRADOS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos aos Portos conveniados encontram-se registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pelo montante de R\$ 17.630 (R\$ 15.336 em 2004), sob o título "Valores a Receber da União". Em contrapartida, aquelas unidades mantêm o registro dos recursos recebidos do Porto de Santos, no Passivo Exigível a Longo Prazo, sob o título "Débitos dos Portos e Hidrovias - Conv. 002/90".

6. VALORES A RECUPERAR DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 43.466 (R\$ 43.952 em 2004) registrado no Realizável a Longo Prazo refere-se a notificações fiscais do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, em relação às contribuições incidentes sobre a remuneração dos empregados das empresas prestadoras de serviços, na condição da CODESP de tomadora dos serviços, considerando o instituto da solidariedade, conforme determina o artigo 31 da Lei 8.212, de 24/07/91. A CODESP em função da opção, em julho de 2003, pelo Parcelamento Especial - PAES está propondo ações judiciais de ressarcimento de danos contra os prestadores de serviços.

7. IMOBILIZADO

	2005	2004	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em Geral	582	370	10,0
Veículos	818	1.056	10,0 a 12,5
Máquinas, Motores e Aparelhos	4.128	3.793	3,33 a 10,0
Equipamentos Diversos	747	684	3,33 a 10,0
Outros Bens Móveis	548	354	4,0 a 12,5
Bens Móveis Industriais	56.509	61.115	3,33 a 25,0
Edifícios	9.976	9.816	2,0 a 6,67
Instalações	195.903	201.290	1,43 a 10,0
Obras Concluídas	404.989	46.634	1,43 a 6,67
Terrenos e Desapropriações	4.776	4.776	-
Obras em andamento	48.326	402.136	-
Bens Imóveis Industriais	51.411	54.905	3,33 a 10,0
	778.713	786.929	

8. DIFERIDO

Os estudos e projetos são amortizados a razão de 20% ao ano.

	2005	2004
Estudos e Projetos	30.505	30.430
Amortização (-)	28.308	22.214
	2.197	8.216

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Os valores registrados referem-se a prêmios de seguro e férias a apropriar.

	2005	2004
Seguro de Bens Patrimoniais	243	250
Férias a apropriar	407	412
	650	662

10. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO, sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 13-02-05 a 12-02-06.

	2005	2004
Riscos Operacionais	299.133	299.400
Automóveis	9.000	10.270
Responsabilidade Civil	10.500	10.000

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

Em julho de 2003 a empresa aderiu ao Parcelamento Especial de que trata a Lei 10.684, de 30/05/2003, junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Secretaria da Receita Federal - SRF e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Além dos débitos parcelados no âmbito do PAES existem outros débitos parcelados junto a Fazenda do Estado:

	2005	2004
Parcelamento Especial	233.310	232.204
- Instituto Nacional de Seguridade Social	7.926	8.277
- Fundo Nacional Desenv. da Educação	38.389	42.500
- Secretaria da Receita Federal		

Outros

- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	1.527	1.660
- Secretaria da Fazenda do Estado	2.786	306
	283.938	284.947

Curto Prazo	24.720	21.977
Longo Prazo	259.218	262.970

12. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Os valores registrados de R\$ 10.148 (R\$ 8.507 em 2004) corresponde à provisão para férias e seus respectivos encargos sociais.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constituiu provisão para contingências considerando a estimativa feita pelos advogados internos, em montantes considerados necessários para cobrir a perda avaliada como provável nos processos judiciais em andamento, conforme quadro abaixo:

NATUREZA	2005	2004
- Cível	50.267	35.056
- Tributária	6.369	-
- Trabalhista	73.529	61.971
	130.165	97.027
Curto Prazo	33.823	28.506
Longo Prazo	96.342	68.521

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual

Em moeda estrangeira:	2005	2004	Garantias
(i) - Financiamento Imobilizado V.Cambial + 3,25%	21.508	30.684	Aval Gov.Brasielero
Em moeda nacional:			
(ii) - Capital de Giro IGP-M + 12,0%	15.006	24.180	Direitos Creditórios
(iii) - Capital de Giro CDI + 14,03%	13.456	5.185	Direitos Creditórios
(iv) - Capital de Giro 115% do CDI	596	1.456	-
	50.566	61.505	
Curto Prazo	27.725	13.453	
Longo Prazo	22.841	48.052	

(i) - Contrato de Financiamento, com Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com vencimento da última parcela para setembro/2016.

(ii) - Contrato com o Tesouro Nacional, com vencimento da última parcela em janeiro/2007.

(iii) - Contrato de Penhor de Direitos Creditórios com o Banco Industrial e Comercial, com vencimento da última parcela em dezembro/2006.

(iv) - Adiantamentos de usuários do Porto, com término de pagamento em janeiro/2006.

15. GARANTIAS

A empresa ofereceu em garantia de parcelamentos tributários e/ou ações judiciais, bens do ativo imobilizado, cujo valor líquido da depreciação acumulada é de R\$ 57.410 (R\$ 61.922 em 2004). As ações judiciais são de natureza trabalhista e estão provisionadas.

16. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Foi apropriado ao resultado do exercício a importância de R\$ 5.102 (R\$ 5.101 em 2004), correspondente à receita dos meses transcorridos em 2005 referente ao arrendamento do Terminal de Contêineres, com vigência até novembro/2022.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2005, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 58.035.237.908 ações ordinárias e 58.035.237.902 ações preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única.

b. Detalhamento do Resultado do Exercício

O resultado do exercício é composto, conforme abaixo:

	2005	2004
- Porto de Santos - SP	10.967	49.170
- Porto de Laguna - SC	(1.500)	(1.020)
- Porto Fluvial de Estrela - RS	(1.110)	(1.037)
- Hidrovia do Paraguai - AHIPAR - MS	532	72
- Hidrovia do Sul - AHSUL - RS	91	573
- Hidrovia do Paraná - AHRANA - SP	(1.333)	(717)
- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.647	47.041

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	2005	2004
Lucro contábil do exercício antes do IR e CSLL	19.907	66.830
(+) Adições, inclusive provisões indedutíveis	91.668	62.787
(-) Exclusões	39.555	14.918
(-) Compensações	21.606	34.410
Base de Cálculo	50.414	80.289
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.031	27.306

19. SUBVENÇÕES ECONÔMICAS

O valor recebido em 2005 de R\$ 10.772 (R\$ 13.154 em 2004), registrado na receita como Subvenção Econômica, corresponde aos recursos recebidos do Tesouro Nacional, referente às despesas com manutenção das Hidrovias Conveniadas.

20. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação, dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. Os benefícios pagos pelo PORTUS são reajustados anualmente pela variação do INPC.

Atendendo a orientação do Ministério da Previdência Social - MPS, no sentido de que fossem adotadas providências com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS, a CODESP e as demais patrocinadoras e o próprio PORTUS, em conjunto com as Entidades Representativas - Federação Nacional dos Portuários e União Nacional das Associações dos Participantes do PORTUS - constituíram em 2003, grupo de trabalho paritário. O PORTUS encaminhou à apreciação e aprovação das patrocinadoras, as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho que foi assessorado pela empresa de consultoria GlobalPrev Consultores Associados Ltda., contratada pelo Instituto. Os estudos para equacionamento do passivo atuarial do Plano de Benefícios PORTUS, sugerem as seguintes medidas a serem implementadas por todas as Patrocinadoras, com a devida anuência do Governo Federal:

- * Saldamento do Atual Plano de Benefícios;
- * Criação de um novo Plano de Benefícios para os participantes ativos;
- * Reavaliação dos Investimentos;
- * Novo modelo de Gestão da Entidade PORTUS.

Esta empresa consubstanciada em relatório elaborado por seus técnicos aprovou os estudos para implementação do novo plano de benefícios apresentado pelo PORTUS, sendo que essa decisão foi levada ao conhecimento da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes. Com a implantação do novo plano de benefícios o plano atual será saldado e conhecido o déficit atuarial, sendo que o mesmo poderá ser assumido pelas patrocinadoras com a participação da União, acionista majoritária, que efetuará aportes financeiros nas empresas. Esses aportes financeiros da União com base em cálculos atuariais, seriam a título de incentivo à migração para o novo plano de benefícios, com oferecimento de títulos federais, de forma escalonada e com rentabilidade real 6% a.a., no período de no mínimo 10 (dez) anos.

As contribuições de plano de pensão multipatrocinado as informações referentes à CODESP, fornecidas pela GlobalPrev Consultores Associados Ltda., contratada pelo PORTUS para os serviços de avaliação atuarial, são os seguintes:

	2005	2004
- Avaliação Atuarial em 31/12/2005:		
Ativo Líquido	242.329	
(-) Benefícios Concedidos	643.281	
(-) Benefícios a Conceder	262.606	
(+) Provisões a Amortizar	70.986	
Resultado Deficitário	592.572	

As provisões a amortizar (R\$ 70.986) se referem a serviços passados e estão contabilizadas no passivo da CODESP.

As contribuições da empresa, referentes ao exercício de 2005, foram de R\$ 3.570 (R\$ 2.974 em 2004).

21. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

Os empregados admitidos até 04/06/1965, ao se aposentarem passam a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, calculado como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial.

Os valores pagos a título de complementação de aposentadorias no ano de 2005 importam em R\$ 7.906 (R\$ 7.507 em 2004) e estão registrados dentro da rubrica Outras Despesas Operacionais.

22. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2005) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, nelas computadas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

	EM REAIS
ADMINISTRADORES	12.227,53
- maior remuneração	
EMPREGADOS	15.218,52
- maior remuneração	593,84
- menor remuneração	3.958,23
- salário médio	

José Carlos Mello Rego

Diretor de Administração e Finanças
CPF 005.192.947-34

Fabrizio Pierdomenico

Diretor Comercial e de Desenvolvimento
CPF 070.228.188-35

Antonio Carlos da Costa

Gerente de Planejamento e Controle Financeiro
CPF 728.107.778-53

Mauro Marques

Diretor de Administração e Finanças
CPF 009.706.698-28

Araldo de Oliveira Barreto

Diretor de Infra-Estrutura e Serviços
CPF 595.901.068-20

Mário Sérgio Rodrigues Alonso

Contador - CRC ISF1359730-6
CPF 509.179.868-49

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, tendo examinado as Demonstrações Contábeis da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, resolve manifestar-se favoravelmente à sua aprovação, com ressalvas de recomendação à Diretoria-Executiva que, após ouvida a Superintendência Jurídica sobre as consequências dos atos de não recolhimento dos encargos incidentes sobre as faturas não recebidas, com também sobre a elevação dos índices de depreciação aplicados sobre os bens da CODESP. Recomenda ainda, o encaminhamento deste Parecer à Assembleia Geral Ordinária.

Santos, 06 de março de 2006.

Paulo de Tarsos Carneiro PRESIDENTE	José Carlos Mello Rego CONSELHEIRO	Marcos Reginaldo Panariello CONSELHEIRO	Rubens da Silva CONSELHEIRO
----------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------------	--------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, por maioria de votos, com o voto discordante do Conselheiro Martin Alexandre Aron, tendo examinado as Demonstrações Contábeis da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e considerando o Parecer da Auditoria Externa e o Certificado de Auditoria Interna, declara que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e posição econômico-financeira da Sociedade, ressalvados os efeitos associados às matérias de que tratam nos itens 3, 4, 6 e 7 do Parecer dos Auditores Independentes, pelo que, emite o presente Parecer favorável à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Santos, 06 de março de 2006.

Paulo Rodrigues Vieira PRESIDENTE	Denis do Prado Netto CONSELHEIRO	Sérgio Hermes Martello Bacchi CONSELHEIRO	José Roque CONSELHEIRO	Martin Alexandre Aron CONSELHEIRO
--------------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------------------	---------------------------	--------------------------------------

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Senhores

Administradores e Acionistas da
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
Santos - SP

1 - Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-CODESP levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem:

a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 - Conforme descrito na nota explicativa nº 4, está registrado no Realizável a Longo Prazo como contas receber de clientes R\$ 285.615 mil em 2005 (228.010 mil em

2004) correspondentes a faturas emitidas contra as empresas Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA R\$ 27.690 mil em 2005 (R\$ 24.713 mil em 2004) e LIBRA Terminal 35 R\$ 257.925 mil em 2005 (R\$ 203.297 mil em 2004), as quais encontram-se em cobrança judicial através de ações movidas pela CODESP. Não foram constituídas provisões para suportar as eventuais perdas referentes aos créditos mencionados.

4 - Conforme nota explicativa nº 6, a Companhia possui registrado no Realizável a Longo Prazo R\$ 43.466 em 2005 (R\$ 43.952 em 2004), referente a notificações fiscais do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS por responsabilidade solidária como tomadora dos serviços de terceiros. Em função da opção feita pelo Parcelamento Especial - PAES, em julho de 2003, a CODESP está propondo ações judiciais de ressarcimento de danos contra os prestadores de serviços, não tendo constituído provisão para possíveis perdas desses processos em andamento.

5 - Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, em 31 de dezembro de 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 - Conforme informações divulgadas nas notas explicativas nºs 20 e 21, a Companhia participa como patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros

benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, bem como tem obrigações com benefícios vitalícios de complementação de aposentadoria aos empregados admitidos até 04/06/1965. Segundo Parecer do Atuarial contratado pela PORTUS, emitido em 09 de fevereiro de 2006, o Plano de Benefícios da CODESP apresenta um significativo Déficit Técnico indicando, que será necessário impor fortes elevações das taxas contributivas